

Diversidade sexual, questão social e democracia: imbricamentos entre orientação sexual e identidade de gênero, marxismo e Serviço Social

FERREIRA, Guilherme Gomes; IRINEU, Bruna Andrade. *Diversidade sexual e de gênero e marxismo*. São Paulo: Cortez, 2024.

Éder Rodrigo Gimenes*

[...] pensar as diferenças não significa, necessariamente, pensar as desigualdades, porque as diferenças podem simplesmente significar diversidade, e não discriminações. Não é inerente à diversidade que ela seja fundada em desigualdade, embora o quadro atual demonstre o contrário. Isso porque, para uma sociedade que busca a homogeneização e a uniformidade, cujos padrões de normalidade enquadram os sujeitos, não há espaço para o diverso (Ferreira; Irineu, 2024, p. 152).

Lançado no final de 2024, *Diversidade sexual e de gênero e marxismo* integra a coleção “Biblioteca Básica de Serviço Social” como seu décimo volume, dando continuidade ao compromisso da série com temas centrais à formação em Serviço Social. Após a inclusão do debate de gênero com Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social (Cisne; Santos, 2018), a obra de Guilherme Gomes Ferreira e Bruna Andrade Irineu, ambos doutores e docentes da área, aprofunda a interlocução entre marxismo e diversidade sexual e de gênero. Atuantes no GTP da ABEPSS, os autores são reconhecidos por suas contribuições nacionais e internacionais no campo.

Dividido em cinco capítulos, além da introdução e das considerações finais, o livro articula densidade científica, relevância social e atualidade política. No prefácio, Marco José de Oliveira Duarte (2024) ressalta a importância do enfoque marxista nos estudos de gênero e sexualidade como lacuna ainda pouco preenchida no campo e na própria área do Serviço Social.

Socialmente, o livro toca em uma ferida aberta: o Brasil, país com histórico de violências contra pessoas LGBTI+, tem garantido a maioria de seus direitos por vias judiciais

* Doutor em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor permanente da Universidade Estadual de Maringá, UEM, Brasil.
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2059-186X>
E-mail: ergimenes@uem.br

– principalmente através do STF e do CNJ – diante da omissão quase total do Legislativo. Estudos locais (Galbieri, 2023; Villela; Gimenes, 2024) e a pesquisa nacional de Venturi e Bokany (2011) revelam carência estrutural de serviços, reconhecimento e educação para a diversidade.

Politicamente, a obra se insere em um cenário de desdemocratização global, marcado pela ascensão de lideranças autoritárias como Trump, Bolsonaro, Duda e Orbán, que colocam em xeque direitos civis, com especial impacto sobre a população trans. No Brasil, a Resolução CFM nº 2.427/2025 representa um retrocesso no acesso a atendimentos de saúde dessa população.

Não por acaso, diversos autores têm refletido sobre os impactos do avanço conservador (Foa; Mounk, 2016, 2017a, 2017b; Levitsky; Ziblatt, 2018; Norris; Inglehart, 2018), seja a partir do ressentimento racial nos Estados Unidos (Abramowitz, 2018) ou de classe no Brasil (Valente; Borba, 2023), este último impulsionado por políticas redistributivas que provocaram reações antagônicas e consolidaram o antipetismo como força política (Gimenes, 2018).

No contexto brasileiro, o conservadorismo assume um viés moral, ancorado em valores cristãos e impulsionado pelo crescimento da bancada evangélica, que transforma pautas de gênero e sexualidade em arenas de disputa ideológica. Desde a introdução, Ferreira e Irineu (2024, p. 14) alertam para a centralidade dessas disputas na agenda política contemporânea e para o desafio imposto aos assistentes sociais, estudantes e pesquisadores da área.

Por fim, a expectativa dos autores é de que a obra contribua para dar visibilidade ao posicionamento marxista no debate sobre diversidade sexual e de gênero, oferecendo subsídios teóricos e ético-políticos voltados à sistematização do conhecimento histórico e atual sobre a questão LGBTI+.

Em “Sexualidade e gênero em disputa”, Ferreira e Irineu (2024) partem da ideia de que “disputa” é um eixo central para compreender as tensões em torno da população LGBTI+. A sigla e suas variações evidenciam diferentes reconhecimentos, e a distinção entre orientação sexual e identidade de gênero não heterocisnormativas motiva conflitos que visam à invisibilização desses sujeitos. Os autores expõem máximas do senso comum preconceituoso — como “sexualidade entre quatro paredes” e “todos somos iguais” — que naturalizam a responsabilização individual pelas consequências do estigma.

Retomando Venturi e Bokany (2011), apontam a tendência à individualização dos impactos sociais do preconceito, reforçando o discurso de que a diversidade sexual se-

ria mera escolha, cujos “efeitos negativos” caberiam exclusivamente aos sujeitos. Desse modo, a obra enfatiza que, ao contrário do sexo biológico, identidade de gênero e orientação sexual são categorias socialmente construídas.

Para Ferreira e Irineu, identidades se formam em processos de auto- e heteroidentificação que, ao se tornarem coletivos, ganham caráter de autodeterminação. Assim, identidade aparece simultaneamente como subjetivação do social e objetificação da subjetividade. Criticam a distinção linguística que naturaliza o “gênero” cisgênero e subalterniza trans e travestis, revelando a lógica da heteronormatividade e do cissexismo.

Ao tratarem de violência, propõem o conceito de “heterocisterrorismo” (Bento, 2011) para além de fobias individuais, incluindo práticas institucionais e estatais que impõem a soberania heterossexual e cisgênero, instaurando medo contínuo nas pessoas LGBTI+.

Por fim, relacionam o fortalecimento das comunidades LGBTI+ — por urbanização, migração, transformações familiares, mídia, escolarização e consumo — a reações conservadoras, como a campanha de “ideologia de gênero” em 2018, que reatualizou pânico morais e estimulou discursos de ódio e grupos agressores, com impactos letais, sobretudo contra pessoas trans.

No segundo capítulo, “Em busca de uma teorização no interior do marxismo”, Ferreira e Irineu (2024) destacam a incipiente interlocução entre marxismo e diversidade sexual e de gênero no Serviço Social, defendendo o reconhecimento de sujeitos dessas categorias analíticas, especialmente frente ao avanço de projetos conservadores que reagem ao transativismo e ao transfeminismo. Apontam a importância de se garantir espaço democrático a distintas perspectivas teóricas, desde que não excludentes ou violadoras de direitos.

A partir da concepção marxista de que os sujeitos se constituem historicamente por determinações sociais e materiais, os autores argumentam que gênero e sexualidade também devem ser compreendidos como produtos da atividade humana. Citando Judith Butler (2012), enfatizam a contradição dos desejos e sua constituição processual. Também mobilizam Thompson (1981) para criticar um marxismo ortodoxo que negligencia a experiência social e os atravessamentos culturais que moldam visões de mundo.

Butler, ao problematizar o liberalismo, expõe sua lógica de sujeição como condição de participação política, denunciando como a individualização encobre os processos coletivos de dominação. Nesse sentido, os autores criticam abordagens marxistas que desqualificam os “novos movimentos sociais” como meramente culturais, desconsiderando

suas articulações com estruturas de poder e dominação baseadas em marcadores como gênero, raça, sexualidade e classe.

Dessa reflexão, propõem a ideia de um “marxismo queer”, que reconhece a fluidez, complexidade e interseccionalidade das identidades. Ressaltam, no entanto, que isso vai além dos textos de Marx e Engels, cuja produção refletia interesses de gênero centrados nos homens e, eventualmente, uma crítica à mulher como propriedade privada, sem grandes incursões sobre sexualidade. Destacam, ainda, que a ausência do tema levou comunistas soviéticos a considerarem a homossexualidade como desvio burguês, enquanto, no Brasil, as pautas homossexuais eram tidas como secundárias frente à luta contra o capitalismo.

As feministas marxistas, como Nancy Fraser (2007), romperam com essa visão, ao problematizar o patriarcado e defender que a justiça social exige mais do que redistribuição: demanda o reconhecimento das diferenças que atravessam minorias sexuais, raciais e de gênero.

A partir disso, os autores sustentam que o campo queer, ao romper com a normatividade, compartilha da crítica marxista à ordem burguesa. Citam Angela Davis (2022) como referência fundamental nesse cruzamento entre queer, marxismo e interseccionalidade. O capítulo se encerra com a apresentação dos estudos quare, campo emergente e promissor iniciado por LGBTI+ racializados, que avança criticamente sobre o queer ao enfatizar intersecções com raça e classe, propondo uma práxis coalizional voltada à formulação de políticas e leis que respondam a essas múltiplas opressões.

O terceiro capítulo da obra, intitulado “Lutas sociais e movimento LGBTI+ brasileiro”, apresenta reflexões sobre o caráter paradoxal da atuação do movimento LGBTI+, destacando a construção de identidades coletivas a partir de debates éticos e políticos. Os autores situam marcos históricos relevantes para a emergência do movimento, como os escritos de Ulrichs na década de 1860, a condenação de Oscar Wilde em 1895, os estudos de Hirschfeld e, especialmente, a revolta de Stonewall em 1969. Contudo, enfatizam que experiências organizativas anteriores, sobretudo na América Latina, foram invisibilizadas pela dominação cultural estadunidense.

No Brasil, a ditadura militar (1964–1985) foi cenário de importantes iniciativas, como o tabloide *Lampião da Esquina* (1978), o grupo *Somos* (1978) e as mobilizações de mulheres lésbicas e bissexuais contra a censura ao jornal *Chana com Chana*. Ainda assim, o movimento enfrentava resistência, inclusive na esquerda, que muitas vezes deslegitimava as pautas LGBTI+ por considerá-las divisoras ou “burguesas”. Nesse contexto,

destaca-se a inserção do tema no campo de atuação do Serviço Social, como apontam Souza (1991) e Wagner (2004).

Nos anos 1980, a epidemia de HIV/AIDS fortaleceu estigmas, mas também forçou a inclusão do público LGBTI+ em políticas de saúde. Com a redemocratização, o movimento ganhou visibilidade social e política, com destaque para o papel do Poder Judiciário. A centralidade das disputas identitárias ganha contornos objetivos, pois a presença pública de sujeitos LGBTI+ implica interpelações sociais que vão além da subjetividade.

A ampliação do acrônimo LGBTI+ acompanha o reconhecimento da diversidade interna ao movimento, refletindo o protagonismo de travestis, mulheres transexuais, pessoas intersexuais, não binárias e assexuais. Tais transformações desafiam inclusive a teoria queer, especialmente ao tensionar a oposição entre identidades fixas e não identificação. Para os autores, é preciso tratar as demandas como coletivas, evitando reduzi-las a experiências individuais e enfrentando o discurso neoliberal do identitarismo.

Ferreira e Irineu (2024) concebem as políticas identitárias como “remédios” contra as injustiças, ressaltando medidas como o processo transexualizador no SUS. No entanto, denunciam as insuficiências institucionais que invisibilizam as vidas (e mortes) trans, o que remete ao conceito de necropolítica (Mbembe, 2018). Defendem que políticas voltadas à população LGBTI+ beneficiam toda a sociedade, pois a igualdade sexual e de gênero é intrínseca ao projeto democrático.

Os autores destacam também a importância das cotas para pessoas trans no ensino superior e no serviço público, reforçando a necessidade de pensar tais medidas como políticas públicas afirmativas. As paradas do orgulho são lidas como tensionamentos entre cidadania mercantilizada e emancipação política, e reafirma-se o papel do ativismo na luta por uma cidadania plena – eixo fundamental para a atuação de assistentes sociais.

O capítulo encerra com uma análise das políticas públicas LGBTI+ no Brasil no século XXI, abordando avanços significativos nos governos Lula I e II, como o Programa Brasil sem Homofobia (2004) e o Plano Nacional LGBT (2009), e decisões judiciais em favor de casais homoafetivos e pessoas trans. Também discutem os retrocessos nos governos Dilma e Temer, e os ataques sistemáticos no governo Bolsonaro, que promoveu uma agenda antigênero apoiada por diferentes esferas do Executivo.

No governo Lula III (2023–), apontam avanços como a criação da Secretaria e do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ e o maior investimento orçamentário da história voltado a esse público. Por fim, propõem três caminhos para fortalecer a efetividade das políticas: institucionalizá-las como política de Estado com fundo público

específico e gestão federativa; transversalizar gênero e diversidade sexual nas políticas setoriais; e construir um sistema nacional inspirado no SUAS, considerando as interseccionalidades e vulnerabilidades específicas das populações LGBTI+.

O quarto capítulo do livro “A direção ético-política do Serviço Social” analisa como a desigualdade social, estruturada a partir da questão social, é funcional ao neoliberalismo, pois sustenta moral e ideologicamente a coesão do capitalismo por meio da violência, discriminação e estigmatização. Nesse contexto, a responsabilização individual por problemas coletivos recai também sobre a população LGBTI+, cujo sofrimento é muitas vezes naturalizado como escolha pessoal.

Ferreira e Irineu (2024) afirmam que a expressão da sexualidade e do gênero, embora pareça individual, é mediada por condições objetivas, como já alertava Trevisan (1986). Tal análise ganha ainda mais força num momento de ofensiva global conservadora, exemplificada pela reeleição de Trump nos EUA e por medidas institucionais que negam a existência de pessoas trans, replicadas em países como a Hungria. No Brasil, o governo Bolsonaro, caracterizado como de extrema direita, reforçou discursos autoritários em nome da segurança e da moral, desafiando diretamente os compromissos ético-políticos do Serviço Social e de movimentos que enfrentam desigualdades de gênero e sexualidade.

O conservadorismo vigente, entretanto, só se sustenta por encontrar respaldo em parcelas da população cuja percepção de direitos é atravessada por privilégios. Assim, à atuação de assistentes sociais se impõem desafios tanto coletivos quanto individuais: defender uma sociedade eticamente progressista, que reconheça o gênero como construção social, e, ao mesmo tempo, enfrentar suas próprias crenças pessoais quando estas conflitam com os princípios profissionais.

O projeto ético-político da profissão se fortalece na medida em que articula formação e prática profissional com as lutas sociais da classe trabalhadora, assumindo o enfrentamento de expressões da questão social como machismo e LGBTfobia. A ABEPSS, desde 1996, estrutura-se em núcleos de fundamentação voltados para esse compromisso, e desde 2010, por meio dos GTPs, avança no reconhecimento das demandas trazidas pela população LGBTI+ ao Serviço Social.

Marcelino (2010) destaca que, ao tornar-se mais visível, a homossexualidade passou a impactar diretamente a profissão, evidenciando a necessidade de garantir direitos como convivência, proteção e cidadania. O Código de Ética de 1993, pioneiro nesse debate, foi complementado por importantes resoluções do CFESS que reconhecem a

sexualidade como dimensão constitutiva do sujeito, garantem o uso do nome social e regulam a atuação de assistentes sociais em processos transexualizadores.

Ao refletirem sobre como a questão social atravessa gênero e sexualidade, os autores apontam que o capitalismo impõe não só condições materiais, mas também modos de vida, valores e relações sociais que marginalizam a diversidade. O governo Bolsonaro, com sua agenda neoliberal e excludente, aprofundou desigualdades já existentes, especialmente durante a pandemia de Covid-19, quando os efeitos da crise recaíram de forma ainda mais severa sobre grupos minorizados.

A pandemia expôs o fracasso da lógica neoliberal, ao mesmo tempo em que reafirmou a importância do Estado e da solidariedade. Ainda assim, o neoconservadorismo se fortalece, promovendo uma cidadania baseada no consumo e na normatividade heterocis, o que ameaça diretamente as sociabilidades LGBTI+. Cabe, portanto, aos assistentes sociais enfrentar esse “receituário neoliberal” e contribuir com a construção de políticas sociais inclusivas, capazes de acolher diferentes modos de vida e promover uma sociabilidade justa e igualitária.

No capítulo final da obra “Serviço Social e direitos LGBTI+: pesquisa e intervenção profissional”, Ferreira e Irineu (2024) retomam o debate sobre gênero nos currículos de Serviço Social, que ganhou força a partir da segunda metade da década de 1990, inicialmente com foco nas mulheres e, mais tarde, com a introdução da categoria “gênero”. Destacam o papel do GTP da ABEPSS, as mudanças curriculares e os avanços nos debates sobre gênero e sexualidade no âmbito acadêmico e profissional. Entre 2010 e 2020, consolidou-se uma produção mais aberta ao tema, embora ainda marcada por desafios estruturais, como a cis-heteronormatividade e o conservadorismo crescente.

Os autores apontam que os estudos sobre a população LGBTI+ no Serviço Social surgiram, em grande medida, em resposta a políticas públicas já existentes, e não de forma propositiva, o que revela certa lentidão da produção científica frente às necessidades dessa população. Embora haja avanços, o tema ainda ocupa lugar periférico no campo, com pesquisas incipientes sobre sujeitos como transexuais, travestis e bissexuais e com dificuldades de transposição da teoria para a prática profissional.

A obra também ressalta o papel dos estágios supervisionados como espaço potente de formação crítica e aproximação com as demandas LGBTI+, e alerta para os entraves estruturais da formação profissional, como a precarização dos cursos e a limitação dos campos de estágio. Ao sistematizarem experiências e possibilidades de intervenção em diferentes políticas públicas, os autores reforçam que o trabalho com essa população exige formação sólida e sensível às especificidades.

Nas considerações finais, destacam os desafios para a efetivação do projeto ético-político do Serviço Social, apontando a importância de compreender gênero e sexualidade como categorias historicamente construídas e estruturantes das relações sociais. Frente ao avanço conservador, à intensificação das desigualdades e à despolitização das questões sociais, os autores reafirmam a centralidade da defesa dos direitos humanos, da justiça social e da democracia na atuação profissional. Alertam, ainda, para os retrocessos visíveis no cenário brasileiro, como a ofensiva antigênero, a criminalização do aborto e o esvaziamento das pautas de diversidade nas escolas, evidenciando a urgência de resistência crítica e qualificada no campo do Serviço Social.

Ao final de cada capítulo, os autores oferecem atividades e sugestões culturais que ampliam o conteúdo científico de forma didática e complementar. As atividades estimulam o debate coletivo a partir de frases, ideias, documentários, quadrinhos e músicas, enquanto as indicações culturais – como e-books, podcasts e vídeos – assumem caráter paradidático, podendo inclusive ser aplicadas fora do ambiente acadêmico.

A temática dos direitos relacionados à diversidade sexual e de gênero atravessa múltiplas áreas do conhecimento – como Serviço Social, Ciência Política, Sociologia, Filosofia, Direito, Educação e Administração Pública – e exige atenção tanto de profissionais quanto das instituições formadoras. No caso do Serviço Social, o CFESS/CRESS desempenha papel estratégico na defesa desses direitos, especialmente diante de reações antidemocráticas que emergem em resposta às ameaças que a agenda LGBTI+ representa à preservação do status quo.

É nesse cenário de tensões e contradições que devemos nos manter atentos, como profissionais e cidadãos – LGBTI+ ou não –, reconhecendo tanto os obstáculos quanto as potências do momento atual. Destacam-se, nesse contexto, lideranças políticas que assumem a identidade como pauta e ação – como Erika Hilton, mulher, negra, trans e periférica, e Guilherme Cortez, jovem deputado estadual – frente à resistência de setores que operam em sentido contrário.

No plano institucional, apesar de determinação judicial, o IBGE não incorporou questões sobre identidade de gênero e orientação sexual no Censo Demográfico, alegando inviabilidade orçamentária. Um grupo de trabalho foi instituído e há previsão de que esses dados passem a integrar pesquisas amostrais a partir de 2025 (Cobo *et al.*, 2024).

Por fim, Hiago Mendes Guimarães (2025), diretor do MDHC, chama atenção para a contradição entre o avanço institucional da pauta LGBTI+ no Brasil e a incipiência de análises críticas sobre as políticas e estruturas existentes. Sua provocação nos alerta para a

ausência de dados públicos que revelem quem são, como vivem e do que necessitam essas pessoas, lacuna que limita a formulação de estratégias eficazes de ação estatal e coletiva – desafio que se impõe também à intervenção profissional em Serviço Social.

Referências

ABRAMOWITZ, A. I. *The great alignment: race, party transformation, and the rise of Donald Trump*. New Haven, CT: Yale University, 2018.

BENTO, B. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 549-559, 2011.

BUTLER, J. *Sujetos del deseo: reflexiones hegelianas en la Francia del siglo XX*. Buenos Aires: Amorrurto, 2012.

CISNE, M.; SANTOS, S. M. M. *Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2018.

COBO, B.; BARRETO, R. C. V.; BARROS, L. A. F.; RAMOS, M. T. Identidade de gênero e orientação sexual nas estatísticas públicas oficiais: caminhos para inclusão. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 11, e04092024, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-812320242911.04092024>.

DAVIS, A. *O sentido da liberdade: e outros diálogos difíceis*. São Paulo: Boitempo, 2022.

DUARTE, M. J. O. Prefácio. In: FERREIRA, G. G.; IRINEU, B. A. *Diversidade sexual e de gênero e marxismo*. São Paulo: Cortez, 2024. p. 9-12.

FERREIRA, G. G.; IRINEU, B. A. *Diversidade sexual e de gênero e marxismo*. São Paulo: Cortez, 2024.

FOA, R. S.; MOUNK, Y. The signs of deconsolidation. *Journal of Democracy*, Baltimore, v. 28, n. 1. p. 5-16, 2017a.

FOA, R. S.; MOUNK, Y. The end of the consolidation paradigm. A response to our critics. *Journal of Democracy Web Exchange*, Baltimore, p. 2-27, 2017b.

FOA, R. S.; MOUNK, Y. The democratic disconnect. *Journal of Democracy*, Baltimore, v. 27, n. 3. p. 5-17, 2016.

FRASER, N. Reconhecimento sem ética? *Lua Nova*, São Paulo, n. 70, p. 101-13, 2007.

GALBIERI, J. O. Das letras aos números: as estratégias “estatativistas” do movimento LGBTI+. *Simbiótica Revista Eletrônica*, Vitória, v. 10, n. 3, p. 186-206, 2023. DOI: <https://doi.org/10.47456/simbitica.v10i3.39948>.

GIMENES, É. R. Considerações sobre as relações entre eleitores e partidos políticos no Brasil. In: FUX, Luiz et al. (org.). *Tratado de direito eleitoral: direito partidário*. Belo Horizonte: Fórum, 2018. p. 109-133.

GUIMARÃES, H. M. Sexualidades, educação, direitos e feminismos. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO SEXUAL, 9., 2025, Maringá. *Anais [...]*. Maringá: UEM/NUDISEX, 2025.

LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

MARCELINO, S. R. S. Questões contemporâneas: a homossexualidade e os novos sujeitos como desafios para o Serviço Social. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 9., 2010. *Anais [...]*. Florianópolis: UFSC, 2010.

MBEMBE, A. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte*. São Paulo: N-1, 2018.

NORRIS, P.; INGLEHART, R. *Cultural backlash: Trump, Brexit, and authoritarian populism*. New York: Cambridge University, 2018.

SOUZA, M. L. *Desenvolvimento de comunidade e participação*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TREVISAN, J. S. *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. São Paulo: Max Limonad, 1986.

VALENTE, R.; BORBA, J. Tropical Trump, or a very brazilian tale? Social class resentment as a moderating factor between anti-PT sentiment and the vote for Jair Bolsonaro in 2018. *Opinião Pública*, Campinas, v. 29, n. 1, p. 24-41, 2023.

VENTURI, G.; BOKANY, V. (org.). *Diversidade sexual e homofobia no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

VILELA, H. P. G.; GIMENES, É. R. Participação social, Estado e direitos de minorias: a conformação democrática de políticas públicas para a população LGBTI+ no Brasil. *Argumentos*, Montes Claros, v. 21, n. 2, p. 92-119, 2024. DOI: <https://doi.org/10.46551/issn.2527-2551v21n2p.92-119>

WAGNER, L. Serviço Social e movimentos sociais: uma não relação? *Civitas*, Porto Alegre, v. 4, n. 1, 2004. DOI: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2004.1.50>.

Recebido em: 16 de maio de 2025

Aprovado em: 17 de fevereiro de 2026